

# Inflação e questão agrária

Ignácio M. Rangel

"JORNAL DE BRASÍLIA"

Este cabuloso problema da inflação permanece em aberto. Há quase trinta anos, em meu livro "A Inflação Brasileira", que já esgotou cinco edições — muito, para este País e para este assunto —, eu levantava a hipótese de que a inflação, tão caluniada, representava, na realidade, um mecanismo de defesa do sistema econômico contra as quedas conjunturais, isto é, contra a recessão. Partia do fato de que as chamadas flutuações econômicas não constituem acidentes, especialmente nos sistemas capitalistas de toda variedade, inclusive da nossa. Isto posto, sugeria que a inflação desempenhasse o papel de bloqueador das quedas conjunturais, via penalização da liquidez, que induzia investimentos que, de outro modo, isto é, nas condições de moeda estável, não se fariam.

Como corolário desse teorema, tínhamos a hipótese de que a correlação entre a inflação e a conjuntura fosse precisamente o oposto do apontado pelo senso comum — que, no caso, coincide, ainda hoje, com a opinião técnica dominante, isto é, com o parecer majoritário de nossa categoria, os economistas, inclusive os professores. O senso comum sugere que a inflação deve exacerbar-se quando, elevando-se a conjuntura, a demanda solvente aumenta; e desacerbar-se quando, nas condições de recessão, decline a demanda solvente do sistema.

Meu teorema e seu corolário sugeriam o contrário, a saber: com a recessão, a inflação se exacerba, desacerbando-se com a retomada do crescimento. E isto foi contundentemente demonstrado em meu opúsculo "Economia: Milagre e Antimilagre", do qual, a partir de 1985, a Zahar esgotou duas edições. Trabalhei com os índices de preço oficiais e com a produção industrial, mas não se creia que não tenha investigado também o comportamento da inflação com o PIB, embora este seja um agregado menos representativo, porque os serviços não se medem a preços de mercado, mas a custos, mascarando as flutuações econômicas.

Não obstante meus anos laboriosos e já provectos, não me chegou ao conhecimento nenhuma contradição. Mas isso não impediu que se sucedessem os "planos" — inclusive o atual — assentes nas hipóteses.

1º — de que a inflação, em vez de ser um epifenômeno, como o venho dizendo há muitos anos, constituía, na correlação com a conjuntura, a variável independente, cujo controle devia ser o objetivo central de toda a política econômica;

2º — de que a recessão pode e deve ser usada como meio de combate à inflação, em vez de ser um remédio contra-indicado, até porque, aprofundando-se a recessão, a inflação se exacerbará, pontualmente.

Mas, como dizem nossos irmãos hispânicos, "los hechos son testa-

rudos". Com efeito, os fatos são teimosos, sendo muito provável que esses equívocos não sobrevivam ao "Plano Collor", pelo menos em sua versão original, que não deve durar. Mas, tudo bem. "Errare humanum est", como diziam os velhos romanos. Perseverar no erro é que é diabólico, como diria São Bernardo. Ou tolo.

Podemos, então, dar mais um passo à frente, isto é, investigar porque, em nosso caso específico — pois a correlação que descrevi não é universal — os fatos se passam assim, isto é, ao primeiro exame, a contrário senso. Sugiro que, pelo menos no caso brasileiro, as coisas se passam assim porque, declinando a atividade econômica global, cada empresa tenderá a usar menos exaustivamente sua capacidade instalada — inclusive sua quota-parte do acervo social de mão-de-obra. Ora, se a empresa partisse de uma posição de emprego-mais-que-pleno, a queda do seu índice de atividade implicaria, como no suposto dominante, em queda, tanto do custo unitário médio, como do marginal, puxando os preços para baixo. Entretanto, se o ponto de partida for um emprego menos-que-pleno, o mesmo movimento recessivo implicará em elevação dos custos, tanto médio, como marginal. Como se ensina nos manuais de economia, mesmo elementares, o preço tenderá para este, para o marginal.

O resto se segue, muito obviamente. Nossa economia opera, normalmente, numa situação de emprego menos-que-pleno — muito-menos-que-pleno. O que, de passagem, não impediu nosso vigoroso crescimento, que fez expandir-se em cerca de 40 vezes nossa produção industrial, entre o início de nossa industrialização e o início do decênio perdido, isto é, entre 1932 e 1980.

Para alguma coisa há de servir o fato desagradável de ser velho. Com efeito, para a presente geração de economistas — inclusive para os que têm atualmente dez ou quinze anos mais do que o Presidente e a professora Zélia —, seu ideário econômico formou-se numa época em que a industrialização do Brasil era, não um objetivo a buscar, mas um dado do problema. No fundo, eles nem podiam entender um país agrário-exportador, pré-industrialista. Dizia Schumpeter que é por volta dos 25 anos que os economistas configuram seu ideário fundamental.

Ora, na idade em que cruzei esse crítico marco milímetro, a industrialização era ainda um sonho de radicais. Queríamos a industrialização e, como condição para isso, queríamos também a reforma agrária. Estávamos convencidos de que, sem esta, a industrialização seria impraticável. Apesar de nos supormos socialistas, era a Revolução Brasileira que nos inspirava. Algo não muito geral da operação

dos "assignats", que resultou na criação de milhões de pequenos proprietários nos latifúndios da nobreza e do clero, devia acontecer, para que nossa revolução democrática se completasse, abrindo a porta a um capitalismo próspero — isto é, ao capitalismo industrial.

Quanto a mim, ainda não havia deixado as masmorras da ditadura getulista e já me apercebera — ou, pelo menos, intuía — de que essa reforma agrária era uma condição arbitrariamente posta no caminho de nossa industrialização.

Em 1935, o país estava próspero e a implantação do parque industrial havia começado e seguia a pleno vapor. Não tínhamos, como hoje, uma contabilidade social que nos desse a medida desses fatos, mas não se justificava fechar os olhos a uma realidade, cuja racionalidade, somente três lustros mais tarde, com Raul Prebisch e sua esplêndida equipe cepalina, iríamos começar a entender. Em resumo, a nossa não era uma industrialização qualquer, mas resultado de um esforço não buscado de substituição de importações, em condições muito especiais que, mesmo hoje, ainda escapam à percepção de muitos dos nossos colegas economistas.

Assim, a industrialização, setor após setor, começando pela indústria leve e aproximando-se da indústria pesada, resultava de um esforço sustentado de defesa contra os efeitos do brutal estreitamento de nossa capacidade para importar, resultante da grande depressão mundial. Esse esforço não era linear, mas cíclico, com períodos de recessão, alternando-se com períodos de retomada do crescimento. Assim, os efeitos da crise agrária faziam-se sentir com variável intensidade: máximos, nos períodos de recessão, e amenizados, nos períodos de retomada.

Noutros termos, em perspectiva histórica, nossa economia operava em condições de emprego-menos-que-pleno, isto é, nas fases recessivas, quando caíamos muito abaixo do nível médio de emprego, os custos unitários subiam, sendo a inflação o efeito final dessa subida e, ao mesmo tempo, um mecanismo de defesa contra uma recessão mais profunda ainda, como discutimos antes.

Chegamos a um estado de coisas em que, à vista da intensa elevação da produtividade do trabalho agrícola, os excedentes de mão-de-obra expelidos pela economia rural sobre a urbana tornaram-se insuportáveis, mesmo nas fases de recuperação econômica. O problema da reforma agrária vai sendo reposto assim, na ordem do dia. Não por certo a reforma que não fizemos, nos anos 30, a qual não será feita nunca, porque os problemas a resolver mudaram radicalmente.

□ Ignácio M. Rangel é economista